

O ESTRANGEIRO DAQUI: identidade nacional e internacionalismos no Brasil¹

Fernanda Ribeiro Amaro²
Universidade Estadual de Campinas

O ESTRANGEIRO DAQUI: identidade nacional e internacionalismos no Brasil

Resumo:

Este artigo discute como a construção da identidade nacional foi vinculada aos os moldes da civilização europeia, e como o Manifesto Antropófago de 1928 sintetizou a imagem do brasileiro a partir da ideia de *assimilação* de culturas estrangeiras, em detrimento ao sentido de dominação, tanto política quanto simbólica, de origem principalmente europeia, assimilada pelo Estado e comportamento das elites brasileiras desde o Brasil Colonial até a implantação da República. Dessa forma, o mestiço é encarado como a resistência espontânea dessa dominação, e a mestiçagem, a fusão biológica e cultural que conformaria o povo brasileiro, processo onde se destaca uma valoração ao sujeito estrangeiro, enquanto símbolo de interação social.

Palavras-chave: identidade nacional, regionalismos, internacionalismo, mestiçagem, antropofagia.

Abstract: This essay discusses how the construction of national identity was tied to the molds of European civilization and how the *Manifesto Antropófago* (1928) epitomized the figure of the Brazilian from the idea of assimilating foreign cultures, in contrast to the sense of domination, especially in Europe, that both State, as elites imprinted the ways of life, since the Colonial Brazil stage until the establishment of the Republic. Thus, the mestizo is seen as spontaneous resistance to this domination and the mestizaje as the biological and cultural fusion, which settle the brazilian people, highlighting the value of the foreigner in this process, which highlights a valuation subject to foreign, as a symbol of social interaction.

Key-words: national identity, regionalism, internationalism, miscegenation, cannibalism.

¹ Texto escrito em outubro de 2013.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, IFCH-Unicamp, com mestrado, bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, IG-UFU. feramaro@gmail.com

Introdução

Neste ensaio apresento uma discussão a cerca de políticas e subjetividades que engendraram a identidade nacional brasileira na constituição do Estado Nação. Parto da premissa de que a *assimilação* de referenciais estrangeiros no cotidiano brasileiro deste período era resultado maior de uma interação entre nativos e estrangeiros, que de uma dominação unilateral como queriam Império português, elites locais e intelectuais positivistas. O Manifesto Antropofágico escrito por Oswald de Andrade em 1928 já nos mostrava apontamentos para a discussão de assimilação enquanto antropofagia, e deste documento me aproprio, assim como das ideias de Darcy Ribeiro, Doreen Massey, Edward Said, Baumann, Lahuerta e outros, para pensar sobre a presença do estrangeiro na formação da identidade do brasileiro, este mestiço cultural.

A miscigenação dos povos e das culturas foi um processo histórico espontâneo. Em todo lugar onde povos racialmente diferenciados entraram em contato, gerava-se uma camada mestiça maior ou menor. Ribeiro (2006) afirma, que os povos íberos desembarcavam sempre desabusados, acesos e atentos aos mundos novos, querendo fluí-los, recriá-los, convertê-los e mesclar-se racialmente com eles: “Multiplicaram-se, em conseqüência, prodigiosamente, fecundando ventres nativos e criando novos gêneros humanos” (RIBEIRO, 2006, p. 60). Da curiosidade e do desejo nasciam os filhos mestiços, que traziam a herança dos povos brancos. A lógica e civilização somada às tradições e misticismos dos nativos e escravos, conjugaram as ideologias nacionais, resgatadas no Manifesto Antropófago (MA) escrito por Oswald de Andrade em 1928. “A magia e a vida. Tínhamos a relação e a distribuição dos bens físicos, dos bens morais, dos bens dignários. E sabíamos transpor o mistério e a morte com o auxílio de algumas formas gramaticais.” (MA, parágrafo 27)

No Brasil, a forma como encaravam esta interação se diferenciava dos demais países, pois o intercuro entre culturas era mais incentivado que condenado: “O nascimento de um filho mulato nas condições brasileiras não é nenhuma traição à matriz negra ou à branca, chegando mesmo a ser motivo de especial satisfação” (RIBEIRO, 2006, p. 60). Esta ideologia interacionista é que marcou a gestação do povo e da identidade do Brasil e a acompanhou desde o período colonial, a implantação da República e foi destacada no Manifesto Antropófago, documento estético de leitura e concepção do brasileiro como “antropófago cultural”, canibal de símbolos estrangeiros.

Assim, estrangeirismo e mestiçagem, aparecem neste texto como conceitos que se cruzam na construção da identidade nacional, da mesma forma como internacionalismos e regionalismos aparecem na construção do território. A partir da leitura cruzada entre o Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade e escritos de Darcy Ribeiro, Zygmund Baumann, Edward Said e outros discuto a relação do estrangeiro e do nativo na formação da identidade brasileira.

O caráter histórico deste trabalho o distancia da questão fenomenológica que privilegia o instante, numa flexão simultânea de espaço e tempo, sem embargo, investiga o tempo

passado como base para compreensão da conformação deste espaço atual, que se apresenta como uma acumulação de histórias.

Ao entender tempo e espaço como categorias indissociáveis e diacrônicas, poder-se-ia falar de diversos tempos em um mesmo espaço ou então, da pluralidade de lugares e sociedades dentro de um mesmo tempo. A geógrafa inglesa Doreen Massey diz, que “durante muitas décadas sob outros disfarces a temporalidade foi louvada como dimensão vital da própria existência” (MASSEY, 2009, grifo meu), portanto este texto se volta para um tempo - o período colonial e o fim do século XIX e primeiras décadas do século XX - e a as múltiplas referências dos espaços; separados em regiões com pouca integração entre si, num Brasil plural impelido politicamente a integrar-se e construir de um ideário nacional. Por isso falo de um espaço, como a acumulação e sobreposição de diferentes tempos, povos e culturas, entre deslocamentos e territorializações, que são responsáveis pela constituição da ideologia e nições identitárias de uma nação, a nação brasileira.

Inter-nacionalismos: tupi or not tupi?

A identidade nacional no processo de formação territorial do Brasil, durante a República Velha, teve seus moldes conduzidos pelo estrangeiro, principalmente o europeu, no que corresponde aos parâmetros éticos de conduta e moral, privilegiados e estabelecidos como os modos de vida adequados para uma sociedade em vias de modernização. Definir o brasileiro era tarefa difícil ao se considerar o amálgama de etnias e culturas regionais que se encontravam espalhadas pela imensa extensão territorial do país. O ideário de nacionalismo tentava passar-se por um consenso, que, no entanto, era forjado pelo Estado e seus aparelhos, no sentido de redução da diversidade cultural e estabelecimento de uma civilização branca, letrada e pudica.

A reação dos intelectuais e escritores brasileiros no início do século XX sobre estas expectativas do nacional culminaram na Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922 e na publicação do Manifesto Antropófago em 1928. Em tal documento está expressa a condição híbrida de nossa população e a postura do brasileiro em “deglutir” a cultura alheia. Deglutição realizada, no entanto, a partir de um processo intrínseco de escolhas, que definem aquilo que seria incorporado ao cotidiano cultural dos lugares-comuns da sociedade, no sentido da partilha de símbolos e de leituras de mundo, que poderiam ser digeridas, em contrapartida àquilo ao qual rechaçaríamos. Seria a apropriação de culturas sintéticas feita em pedaços, tomados por diferentes patrimônios, que melhor se ajustariam a condições de vida daqui. (RIBEIRO, 2006)

O Manifesto Antropófago sugere a fusão, deglutição e o relacionamento com as ideias e produtos estrangeiros. O que se está indo em contra é a dominação do ideário estrangeiro sobre o nosso.

A negociação entre polos diferentes desembocaria numa cultura única, *original*, no sentido daquilo que nunca ocorreu nem existiu antes. E não no sentido relativo a *origem*, que provém de algo inicial ou originário (Dicionário Aurélio). A articulação da cultura estrangeira com a nacional resultaria em uma cultura com caráter próprio, nova, feita pela primeira vez, que não imita, mas que se apropria da outra cultura, para se recriá-la no seu próprio seio, à medida de suas próprias demandas.

Nessa confluência entre a regência dos portugueses, matrizes raciais variadas, tradições culturais distintas e formações sociais defasadas, todas as gentes se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo.

Esse povo novo era formado pela miscigenação de contingentes populacionais demasiado díspares entre si no tocante às características raciais, culturais e linguísticas; da geração de um povo mestiço se diferenciava etnicamente e culturalmente o país de todas as outras sociedades do planeta. O que o diferencia até hoje.

O Brasil pode ser apontado como um exemplo do qual a formação da identidade foi feita a partir da nação, e não a partir do território. A *nação* -conjunto da sociedade política, do governo e do povo- se constitui no sentimento de pertença de um grupo, em termos culturais, psicológicos e políticos, enquanto *território* seria a necessidade ontológica de reconhecimento de um espaço como seu. Neste sentido, a formação identitária da Europa se baseou no território, enquanto elemento que necessitava de coesão para se definir frente as invasões e ataques de fora, já o processo brasileiro se baseava-se na nação, posto que nosso território é vasto, repleto de áreas inabitadas, sendo a principal forma possível de unidade identitária: a integração ideológica.

Estrangeirismos

Um dos problemas que acompanharam a formação do território brasileiro, desde o fim do século XIX até meados do século XX, foi a definição da identidade nacional, de forma que viesse compor fragmentos díspares do mosaico cultural que se encontrava desde o Brasil pré-colonial (com a diversidade indígena tupi-guarani), no Brasil Colônia, e na implantação da República do Brasil.

Para Darcy Ribeiro: “sociedade e a cultura brasileira são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos” (RIBEIRO, 1995, p. 20). Esta tríade étnica representada por indígenas, africanos e europeus, e sua espontânea miscigenação ia se expandindo pelo território nacional primeiramente pela costa, adentrando-se a caminho do interior, nos “sertões de dentro”- região de solo e clima mais hostis para ocupação, comentada na literatura de Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, Lima Barreto. É uma delimitação geográfica do espaço quanto um conceito ontológico de interioridade.

Os traços culturais dos diferentes povos de nossa nação não configuravam um conjunto homogêneo ao longo de sua extensão territorial e se diferenciavam em suas práticas e costumes. A diversidade de nossa cultura se constituía como um complexo palimpsesto de visões de mundo, que se alteravam a partir da movimentação e consequente interação dos diferentes povos ao longo do tempo.

O fato de que escravos negros e servidores indígenas foram sempre empregados por famílias brancas; o fato de que crianças brancas foram acalentadas e amamentadas por mães-pretas, o fato de que senhores brancos tinham amantes negras e mulatas, que concebiam filhos de características raciais inteiramente misturadas; o fato de que negros livres e indígenas vivendo sua existência tribal nas matas sempre existiram no país; o fato de que nos estratos inferiores das aglomerações urbanas e das fazendas gente de

origem étnica variada se misturava, introduzira mesmo nas famílias de mais elevada posição social crenças, maneiras de pensar e de agir, costumes, objetos materiais, que não compunha uma cultura europeia estrita. Uma nova civilização foi assim surgindo pouco a pouco, nascida de contatos étnicos e culturais diversos, uma civilização brasileira que, em fins do século XVIII, já havia adquirido mais ou menos certa estabilidade. (QUEIROZ, 1989, p.25)

Essa nova civilização, a população mestiça, adotava valores da elite branca. No Brasil Império, o bom gosto e os bons costumes estavam atrelados à refinaria do barroco e do rococó, no vestuário afrancesado, nas condutas morais e cívicas, na etiqueta e na sociabilidade. O triunfo das oligarquias brasileiras se manifestava ao imitar o comportamento europeu.

Institutos, academias, grêmios literários, saraus eram espaços onde a identidade nacional (das elites) era construída pela imitação patética do estereotipo da vida cultural europeia. Já aos barões-do-café desagradava a realidade da paisagem vivenciada, daí as janelas falsas nas sedes das fazendas onde eram pintadas cenas do mundo rural europeu. (MOARES, 2005, p. 121)

Este exemplo mostra a disseminação das referências de paisagem sob a estética de estereótipos europeus, que vão à contramão de nossas paisagens de cerrado, caatinga e agreste, presentes nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Goiás.

Na queda do império e constituição da República, a política empregada pelos governantes considerava que a homogeneidade cultural era de importância fundamental para a definição da identidade, de forma que diferenças étnicas e raciais, sincretismos culturais, misturas de civilizações eram tidas como indicadores de propensão à desintegração e à barbárie. Era preciso propiciar as condições necessárias de se disseminar um nacionalismo calcado nos ideais de ordem e progresso sob os moldes das sociedades norte-americana e principalmente europeias. A nova nação seria então símile da sociedade europeia, basicamente com traços diferenciais indianizantes e/ou africanizantes, cujas práticas eram conferidas de controle e vigilância pelo Estado.

É necessário ressaltar que a instrumentação científica que utilizavam no fim do século XIX, assim como a argumentação teórica, na qual predominam questões raciais, era originária da Europa e aqui acolhida sem posicionamento crítico, de forma que não se podia ter uma compreensão de tais teorias arraigadas à realidade brasileira.

O século XIX é marcado pela Independência, momento de suposta integração, que se busca forjar um nacionalismo e uma nação e um patrimônio cultural comum, que superasse os regionalismos e clientelismos. Os intelectuais desta época, alguns a serviço do Estado - refletiam o que seria o esplendor de uma civilização nos espelhos da Europa. Sylvio Romero (1851-1914), Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906) Oliveira Viana (1883-1951), acreditavam que a causa da desintegração nacional residia no fato da miscigenação de nossos povos e, que o branqueamento da raça seria o caminho ideal para a civilização estatal emergente brasileira. Um argumento nacionalista de bases estrangeiristas.

Plínio Salgado liderou, na mesma época do Manifesto Antropofágico, o verdeamarelismo - movimento que também buscava definir a identidade nacional brasileira, mas que, no entanto recusavam elemento estrangeiro, especialmente o europeu, defendendo todas as instituições conservadoras e de base fascista (pensamento, diga-se de passagem, importado da Itália). Oswald satirizava o movimento com o “Poema piada Combinação de cores: verde amarelo dá azul? Não: dá azar.” (SCHWARTZ, 1995, p. 239). O verdeamarelismo foi um grande opositor à Antropofagia. No parágrafo 22 do MA, Oswald ataca esses valores adotados pelas elites e intelectuais brasileiros: “Contra as elites vegetais. Em comunicação com o solo.” Segundo a interpretação de Benedito Nunes (*apud* Schwartz, 1995, p.144), essas “elites vegetais” designavam ao mesmo tempo os senhores rurais, proprietários de terras e os intelectuais que vegetavam copiando os modelos estrangeiros. Ainda na opinião desse filósofo, a ideia do Manifesto Antropófago seria de a uma organização social livre de recalques gerados pela repressão dos instintos do homem: “Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil descobriu a felicidade.” (MA, parágrafo 38).

A Europa é uma territorialidade formada por um povo transgressor, aventureiro, movente, avesso a fixidez, que não conhece fronteiras: “é como se ela traçasse as fronteiras apenas para dar vazão ao incurável impulso de transgredi-las.” (BAUMANN, 2006, p.13). Ela seria formada por uma unidade territorial, mas também por uma essência:

Quando ouvimos alguém pronunciar a palavra Europa não fica imediatamente claro se esta se refere a uma realidade territorial delimitada, presa ao solo dentro das fronteiras e meticulosamente desenhadas por tratados políticos e documentos jurídicos ainda não revogados, ou a uma essência livremente flutuante que não conhece divisões territoriais e que desafia todos os vínculos e limites espaciais. E é essa dificuldade quase impossibilidade de falar da Europa estabelecendo uma separação clara e nítida entre a questão da essência e os fatos da realidade que distingue o debate sobre a Europa da maioria das discussões a respeito de entidades dotadas de referências geográficas. (BAUMANN, 2006, p. 12)

Sempre foi característica da Europa o constante deslocamento, o que fazia do europeu, um nômade nato, um ser por si caracterizado por sua falta de fixidez. Desde o fim do século XVIII a Europa se interessava pela alteridade, pelo exótico, pelo exuberante e pelo pitoresco das culturas distantes. O foco das discussões científicas e políticas se voltavam em saber “quem é o outro que habita as terras alhures”, motivo que havia impulsionado as grandes navegações (com o ímpeto em dominar e instaurar o poder a caminho da hegemonia mundial) e também levado ao deslocamento os viajantes naturalistas, que se lançavam a conhecer as realidades externas, a partir de expedições nas quais relatavam os modos de vida daqui, de forma alegórica e até, certas vezes, fantasiosa. (LAHUERTA, 2006)

No fim do século XIX, com a abertura dos portos, os viajantes europeus saíam com mais frequência, no ímpeto de ver o mundo e desvendar seus segredos, na tentativa de compreender e classificar, tal como fazia o pensamento científico cartesiano da época. Fazia parte de suas expedições, a preocupação em descrever os lugares e a disponibilidade de recursos naturais, mas também, em descrever o homem e relatar seus hábitos, tradições, e sua relação com o meio (linguagem, trabalho e outras fontes que evidenciavam o pitoresco e alteridade dos modos de vida do outro). As descrições do Brasil disseminadas nas mais vastas

referências, que se estendem desde de Saint-Hilaire, Johann von Spix, Carl von Martius à R.ichard Bourton

Ressaltavam o exuberante das matas, o exótico das comidas, do clima e do jeito dos nativos. Disse Edward Said (2007): “Todos os tipos de suposições, associações e ficções parecem amontoar-se no espaço não familiar fora do nosso.” (SAID, 2007, p. 91). A partir desses escritos também se foi criando a imagem do brasileiro, na qual os estrangeiros nos reconheciam, e que sedimentaria a base sob a qual nós também nos reconhecêssemos. Deste modo, nossa identidade se constituía muito mais numa imagem, que numa realidade. Seria a expressão de uma meta-ficção. Nós: estrangeiros em nosso próprio país.

O “cobrir as vergonhas” dos nativos, a disseminação dos têxteis e dos requintes nas mulheres, homens e habitações eram uma forma de nos “estranjerizar”, de nos tornar estrangeiros em nosso próprio país, de nos apartar dos modos de viver, e de interagir com o meio para bancarmos a máscara do “bom homem branco”. Quanto a isto, Oswald disse: “Nunca fomos catequizados. Fizemos foi o Carnaval. O índio vestido de senador do Império. Fingindo de Pitt. Ou figurando nas óperas de Alencar cheio de bons sentimentos portugueses.”(MA, parágrafo 26) e “Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud - a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama.” (MA, parágrafo 53). Como um contraponto a essa ideia, ainda na década de 1990, bailarinas do Balé Nacional do Rio de Janeiro, apresentam, vestidas com trajes de veludo e em pleno verão tropical, a obra O Quebra-Nozes, expressão da aristocracia francesa do século XVIII.

A antropofagia procura assimilar aquilo que elevaria os conhecimentos do brasileiro na prática do seu cotidiano. “Só me interessa aquilo que não é meu.” (MA, parágrafo 5). Aquilo que poderia ser apropriado, aplicado e adaptado, com todo seu conteúdo voltado para a valorização das características do lugar sem descartar nossa originalidade nativa.

A figura do antropófago representa a apropriação seletiva das características do outro, já que o índio canibal só comeria homens de bons valores para incorporar-lhes as qualidades. “Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que era a garantia do exercício da possibilidade. Esse homem chama-se Galli Mathias. Comi-o.” (MA, parágrafo 28).

O Manifesto Antropófago mostra a posição do brasileiro de “devorar” aquilo que lhe convém da cultura alheia, porém, não descarta de modo algum seus regionalismos. O apego à terra e o contato direto com este elemento, o familiar e o primitivo são ideias intrínsecas à *região* e que também se encontram presentes na proposta de antropofagia.

Regionalismos

A diversidade étnica cultural do Brasil era organizada espacialmente em regiões culturais - extensões onde se compartilhava uma mesma cultura, os mesmos símbolos e códigos linguísticos. As *regiões culturais* são definidas como uma extensão homogênea, estabelecidas por determinados critérios, pelos quais a relação do homem com o meio seria compartilhada de forma semelhante num mesmo agrupamento social. Áreas territoriais, que compartilham um mesmo patrimônio cultural.

A região, como categoria de análise do espaço para a Geografia, ao mesmo tempo em que demonstra as similaridades espaciais, faz com que as diferenças se evidenciem, salientando os recortes regionais que apresentam distintas formas de organização espacial. “O discurso regionalista aparece como aquele que torna os processos sociais qualidades do espaço.” (MORAES, 2005, p. 102). A questão regional enfocada pela simbologia inerente à cultura permite resgatar a subjetividade dos recortes regionais atreladas à materialidade do espaço, ou seja, aliam os aspectos materiais aos imateriais e o processo atuante era a construção de um simbolismo único, que se voltasse no exercício de um nacionalismo estatal.

A articulação da população em regiões culturais distintas, marcadas por diferenças de aptidões, preferências e expressões, linguagem, as peculiaridades na música, na dança, na culinária, na habitação e em todos os fenômenos que expressavam diversidade, eram um desafio frente à tentativa de instauração de um *patrimônio cultural* coletivo, que pudesse gerar uma mesma identidade em toda a unidade nacional. Tais desafios evidenciava, principalmente, ao se considerar as dimensões continentais de nosso país, que o qualifica como um país de lonjuras e vastidões, capaz de abrigar várias nações dentro de um mesmo território.

Os italianos se instalaram primeiramente nas lavouras de café do Sudeste, posteriormente vieram a imigração asiática com os japoneses e chineses. Os franceses e os holandeses assentaram-se ao Norte, Nordeste. O Sul e o Oeste foram ocupados, sobre tudo por alemães e franceses, mas também por europeus de outros países. Mesmo quando o Brasil parecia estabelecer uma homogeneidade de mestiços na tríade de indígenas, africanos e europeus em sua população chegam mais imigrantes, já no século XX, dessa vez vieram em sua grande maioria imigrantes vindos da Oriente com japoneses, chineses, coreanos e também os mascates, árabes mouros vindos da África. Fenômeno que atribui ao Brasil, a ideia de que nosso povo está sempre se atualizando, de que ele é sempre novo. Em formação. “Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros.” (MA, parágrafo 22)

Tais imigrantes driblavam a precariedade que se encontravam nos seus próprios países e atendiam a um programa oficial de imigração para ocupação do território. O Brasil oferecia a esses imigrantes condições de trabalho que permitiam que se transferissem de seus países de origem para atuarem em setores marginalizados da produção econômica daqui. Eram os escravos brancos que trabalhavam nos latifúndios dos coronéis, nas lavouras e nos engenhos, e posteriormente, nas indústrias, sempre com baixa remuneração de mão de obra.

Esses estrangeiros aportavam no Brasil, num momento em que a organização da nação se construía alicerçada em bases que nenhum desses povos isolados em regionalismos poderia suplantar, num processo de resistência, assimilação e incorporação de certos símbolos e práticas culturais.

Apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação. (RIBEIRO, 2006, p. 20)

As etnias tiveram, por isso, que se adaptar às influências de todas as demais e se iniciou a padronização da cultura ou apagamento da memória ancestral de seus povos, para a

construção de um povo novo e com uma mentalidade moderna. Neste sentido as regiões culturais ofereciam um entrave para a homogeneização da identidade do brasileiro.

O regionalismo é um grande instrumento de separação e de diferenciação. Observa-se que a identidade pelo espaço, ao mesmo tempo em que cimenta concepções nacionais ao nível da classe dominante, atua na dispersão dos dominados em seu seccionamento no território. Para as elites o nacional enquanto escala geográfica, para as camadas populares o local ou no máximo o regional como perspectiva de espacialização. (MORAES, 2005, p. 101)

Qual seria então o patrimônio que pudesse unir caboclos, mulatos, tupis, mestiços, sararas, orientais, mascates, franceses, alemães e todos os demais imigrantes que se hibridizaram em terras tupiniquins? Os juízos, os valores e a ética impostos poderiam ser tratados como um patrimônio comum? Como superar os regionalismos em via de um pensamento mais coerente que atendesse uma unidade do povo brasileiro?

O Brasil é a realização derradeira e penosa dessas gentes tupis, chegadas à costa atlântica um ou dois séculos antes dos portugueses, e que, desfeitas e transfiguradas, vieram dar no que somos: uns latinos tardios de além-mar, amorenados na fusão com brancos e com pretos, desaculturados das tradições de suas matrizes ancestrais, mas carregando sobrevivências delas que ajudam a nos contrastar tanto com os lusitanos. Como se vê, estava constituída já uma fórmula extraordinariamente feliz de adaptação do homem ao trópico como uma civilização vinculada ao mundo português, mas profundamente diferenciada dele. Sobre essa massa de neobrasileiros feitos pela transfiguração de suas matrizes é que pesaria a tarefa de se fazer o Brasil. (RIBEIRO, 2006, p. 130)

As diversas populações mestiças no Brasil estão espalhadas em regiões culturais apartadas umas das outras. A manutenção da diversidade e a integração desse patrimônio cultural que abrange essas áreas é o argumento de Gilberto Freyre no Manifesto Regionalista de 1928 para uma identidade nacional que abarque os regionalismos e as peculiaridades dos lugares:

A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundí-lo com separatismo ou com bairrismo. Com anti-internacionalismo, anti-universalismo ou anti-nacionalismo. Ele é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República - este sim, separatista - para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativa e criadoramente numa verdadeira organização nacional. (FREYRE, Manifesto Regionalista, parágrafo 4)

Ao estudar a pluralidade dos modos de ser dos sertanejos nordestinos, dos caboclos da Amazônia, dos crioulos do litoral, dos caipiras do sudeste e do centro do país, dos gaúchos das campanhas sulinas, dos ítalo-brasileiros, Darcy confirmava que, no Brasil, o elemento híbrido é o que reina (RIBEIRO, 2006).

O mestiço é, portanto, a referência incorporada deste hibridismo tanto biológico quanto cultural, presente no processo de colonização brasileira. Ele se apresentaria como a superação

do impasse entre regionalismos e estrangeirismos, ao afirmar sua identidade a partir da fusão e da diversidade.

O mestiço é o nosso referente nessas particularidades históricas do Brasil, ele se manifesta como o produto fisiológico, étnico e histórico de nossa colonização. De um lado, não apenas a europeização cultural ameaçava a antiga civilização originada no período colonial. Que estava sendo literalmente afogada pela avalanche de traços culturais estrangeiros. Mas também, os próprios imigrantes se mesclavam etnicamente, na linguagem e na raça e o mestiço torna-se então, o resultado dessa composição histórica. Estaria nele nossa forma de diferenciação social no processo de independência.

O mestiço é o exemplar da história de ocupação territorial e movimentos imigratórios em nosso país. Ele carrega no gen este hibridismo cultural, é um corpo-memória, um corpo entendido como receptáculo de cultura, que carrega a ancestralidade tanto em traços físicos quanto subjetivos. A partir deste corpo podemos refletir sobre a antropofagia no sentido de incorporação do outro. Ele é o próprio elemento da fusão de diferentes culturas.

Considerações Finais

O redescobrimento do Brasil pelos europeus, e a miscigenação biológica e cultural dos dois polos, gerou um fator original na população brasileira, que a diferenciava de todas as demais civilizações: o mestiço. Figura da ambivalência, do cruzamento, da fusão, do deslocamento e da sedimentação do colonizador; elemento híbrido. Ele representa o lugar do estrangeiro na história brasileira.

Reconheço o estrangeiro como um elemento de composição do brasileiro. Somos também um pouco estrangeiros entre nós. Nordestinos e gaúchos não se reconheceriam como parte de um território único se não fosse o nacionalismo.

As culturalidades presentes nas diferentes regiões imprimiram no brasileiro uma pluralidade de características, que por ocasião da implantação do Estado, pareciam um entrave para a sua integração. Impulsionado por ideias fascistas de dominação cultural por princípios europeus, as minorias étnicas de negros e indígenas se manifestavam como um fenômeno de resistência à implantação do Estado.

Décadas depois, no começo do século XX, a diversidade de culturas que por ora era ameaçada pelo Estado e pelas elites passou a ser a pauta das discussões, valorizadas e questionadas em dois manifestos da década de 1920: O Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre e o Manifesto Antropófago.

O Manifesto Antropófago defendia uma espécie de projeto de resistência as assimilações externas feitas sem o devido senso crítico. A proposta era incorporar a cultura e técnicas estrangeiras e submetê-las a uma revisão crítica em nosso contexto cultural, de forma a selecioná-las, assimilá-las ou ainda descartá-la, se fossem consideradas impróprias ou indesejáveis. Trouxe neste texto, o mestiço como a representação da incorporação biológica e cultural do estrangeiro.

A questão regional aqui discutida, enfocada pela simbologia inerente à cultura permitiu resgatar a subjetividade dos recortes regionais atreladas à materialidade do espaço, que aliaram os aspectos materiais e imateriais, na construção de um simbolismo único que se voltava ao exercício de um nacionalismo estatal, como pregava Gilberto Freyre e Oswald de Andrade, e não contra ele, como acreditavam os políticos e elite da República Velha.

Considero que mais que um processo de dominação europeia, a formação da identidade nacional brasileira se deu por uma assimilação crítica dessas culturas e pela miscigenação de diversas etnias e maneira como cada uma influenciou na outra, desembocando no que hoje temos como identidade cultural frente ao mundo. Nós brasileiros, somos povos diferenciados entre nós mesmos e entre nossos formadores - leiam-se colonizadores. A presença do estrangeiro no Brasil condicionou, portanto, a definição dos povos e das culturas, que identificariam a hibridização de nosso território nacional.

Bibliografia:

ANDRADE, Oswald de. **O manifesto antropófago**. In: TELES, Gilberto Mendonça. Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

BAUMANN, Zygmunt. **Europa: uma aventura inacabada**. Trad. De Carlos Alberto Medeiros. Ed. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. Disponível em: <<http://www.unir.br/~caldas/regionalista.htm>>. Acessado dia 10 de julho de 2012.

LAGES, Susana Kampff. **Walter Benjamin: tradução e melancolia**. Ed. Edusp: São Paulo, 2002.

LAHUERTA, Flora Medeiros. **Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822)**. In: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona: Barcelona, 2006, vol. X, núm. 218 (64). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>> [ISSN: 1138-9788], acessado dia 08 de julho de 2012.

MASCARO, Luciana Pelaes. **Similaridades entre Regionalismo e Antropofagia: nacionalismo - internacionalismo – regionalismo**. Publicação do Departamento de Historia e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Serido – Campus de Caico. V. 05. N. 10, abr./jun. de 2004. – Semestral ISSN 1518.3394 Disponível em <www.cerescaico.ufrn.br/mneme> Acesso dia 05 de julho de 2012.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5ª Ed. Anablumme: São Paulo, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil**. in: Tempo Social, Rev. Sociologia USP, São Paulo, 1(1): 24-46, 1. sem. 1989.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. Companhia de Bolso: São Paulo, 2006.

SAID, Edward. **Orientalismos**: o oriente como invenção do ocidente (Edição de Bolso). Tradução Rosaura Eichenberg. Ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2007.

SCHWARZT, Jorge. **Vanguardas Latino-Americanas**: Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos. Ed. Edusp / Iluminuras: São Paulo, 1995.